

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GRAVATÁ

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL DE Nº 018/2025

Aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), a Câmara Municipal de Gravatá (PE), situada na Praça Rodolfo de Morais, s/n, Bairro Centro, nesta cidade, CEP de nº 55.641-790, inscrita no CNPJ sob o nº 08.140.071/0001-00, neste ato representada por seu Presidente, LEONARDO JOSÉ DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 030.174.934-58, doravante denominada CONTRATANTE, tendo do de outro lado a Empresa SUPPORTX OFFICE GESTÃO ADMINISTRATIVA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 58.865.626/0001-40, com sede na Rua Padre Cícero, nº 187, Bairro Nossa Senhora das Graças, Gravatá (PE), representada por seu sócio HÉLIO LOURENÇO DA SILVA, portador da cédula de identidade de nº 7.365.118 SDS/PE e inscrito no CPF sob o nº 080.407.904-84, doravante denominada CONTRATADA, resolveu, de forma unilateral, firmar o presente TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL, pelas razões e fundamentos abaixo expostos:

(1) DO HISTÓRICO

- (1.1) O Contrato de nº 018/2025 foi celebrado no dia 12 (doze) de setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), com vigência de 12 (doze) meses, tendo por objeto a contratação de empresa para o devido fornecimento de gêneros alimentícios, por dispensa de licitação, conforme as condições estabelecidas no respectivo Termo Contratual;
- (1.2) Durante a execução do contrato, verificou-se que os serviços estavam sendo realizados predominantemente nos finais de semana, o que inviabilizava a devida fiscalização contratual por parte da Câmara Municipal de Gravatá (PE), visto que, não há expediente administrativo nesse período, mas, tão somente, em dias úteis;
- (1.3) O fato foi formalmente comunicado pelo Fiscal do Contrato, ROBERTO MEDEIROS, em observância ao disposto no art. 117, caput e §1º da Lei de nº 14.133/2021, que impõe à Administração Pública dever de acompanhar e fiscalizar continuamente a execução contratual, devendo o fiscal relatar à autoridade competente quaisquer irregularidades que venham a comprometer a legalidade e regularidade da execução;

(2) DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

(2.1) A Lei de nº 14.133/2021, em seus artigos 117 a 120, estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Administração especialmente designado, cabendo-lhe anotar em registro

Casa Elias Torres

Sala das Sessões da Câmara Vereadora Josefa de Oliveira Costa. Praça Rodolfo de Morais, S/N – Telefone; (81) 2156-0970. CEP: 55.641-790 – CNPJ 08140071/0001-00-GRAVATA (PE). camara@camaramunicipaldegravata.pe.gov.br file str



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GRAVATÁ

próprio todas as ocorrências e comunicar, de imediato, quaisquer fatos que comprometam a continuidade ou regularidade do contrato;

- (2.2) No presente caso concreto, constatada a impossibilidade de fiscalização presencial/contínua dos serviços, por serem executados em período sem expediente funcional, restou configurada situação superveniente que impede a fiscalização efetiva, inviabilizando a continuidade do contrato, sob pena de responsabilidade da autoridade administrativa e do fiscal do instrumento, conforme preceitua o art. 169, inciso I da Lei de nº 14.133/2021;
- (2.3) Tal cenário configura hipótese de **rescisão unilateral motivada**, por razões de interesse público de alta relevância, nos termos do art. 137, inciso II da referenciada lei, que dispõe:

"Art. 137 da Lei de nº 14.133/2021. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações: II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior".

(3) DA AUSÊNCIA DE CULPA OU PENALIDADE À CONTRATADA

- (3.1) Ressalta-se que não houve um inadimplemento contratual por parte da empresa contratada, tampouco descumprimento de cláusulas técnicas ou de qualidade. A motivação da rescisão decorre exclusivamente da inviabilidade administrativa de fiscalização, situação alheia à vontade da contratada;
- (3.2) Dessa forma, a presente rescisão não enseja aplicação de penalidades, em respeito ao art. 140 da Lei nº 14.133/2021, que determina que a contratada tem direito ao ressarcimento pelos serviços efetivamente prestados até a data da rescisão, devidamente atestados pela fiscalização;

(4) DO SALDO CONTRATUAL

(4.1) Fica a cargo do Setor Competente da Câmara Municipal de Gravatá (PE), se necessário, elaboração de relatório de execução e balanço contratual, contendo: (a) discriminação dos serviços prestados e atestados até a presente data; (b) valores pagos e eventuais créditos remanescentes; (c) inexistência de pendências financeiras, trabalhistas ou fiscais;

(5) DA EFICÁCIA E PUBLICAÇÃO

Casa Elias Torres

Sala das Sessões da Câmara Vereadora Josefa de Oliveira Costa. Praça Rodolfo de Moraís, S/N – Telefone; (81) 2156-0970. CEP: 55.641-790 – CNPJ 08140071/0001-00-GRAVATA (PE). camara@camaramunicipaldegravata.pe.gov.br

file sole



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GRAVATÁ

(5.1) O presente Termo de Rescisão entra em vigor na data de sua assinatura e deverá ser publicado integralmente no Portal da Transparência dessa Casa Legislativa e onde mais a Secretaria entender que seja cabível, nos termos do art. 94 e art. 174 da Lei de nº 14.133/2021, bem como, demais legislações correlatas:

(5.2) E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Termo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.